

MBA

Direito e Gestão Jurídica no Agronegócio

 12 meses

 Presencial ou transmissão ao vivo



Consulte aqui
o cadastro da
Instituição no
sistema e-MEC

Apresentação do curso

O Brasil é uma potência agrícola global. O agronegócio representa uma fatia significativa do Produto Interno Bruto (PIB) do país, é responsável por uma grande parte das exportações e gera milhões de empregos. Após análise minuciosa quanto à oferta de cursos de pós-graduação, o mercado educacional Goiano ainda não possui cursos atualizados ou expressivos na formação de profissionais em direito.

Há um anseio por cursos focados no aprendizado rápido e contextualizado com a vivência diária do Direito. Neste sentido, é imprescindível a oferta de um curso de Pós-graduação, que possa atender aos anseios da comunidade, possibilitando a atualização do conhecimento no agronegócio, com vistas ao aprofundamento científico e desenvolvimento prático dos profissionais.

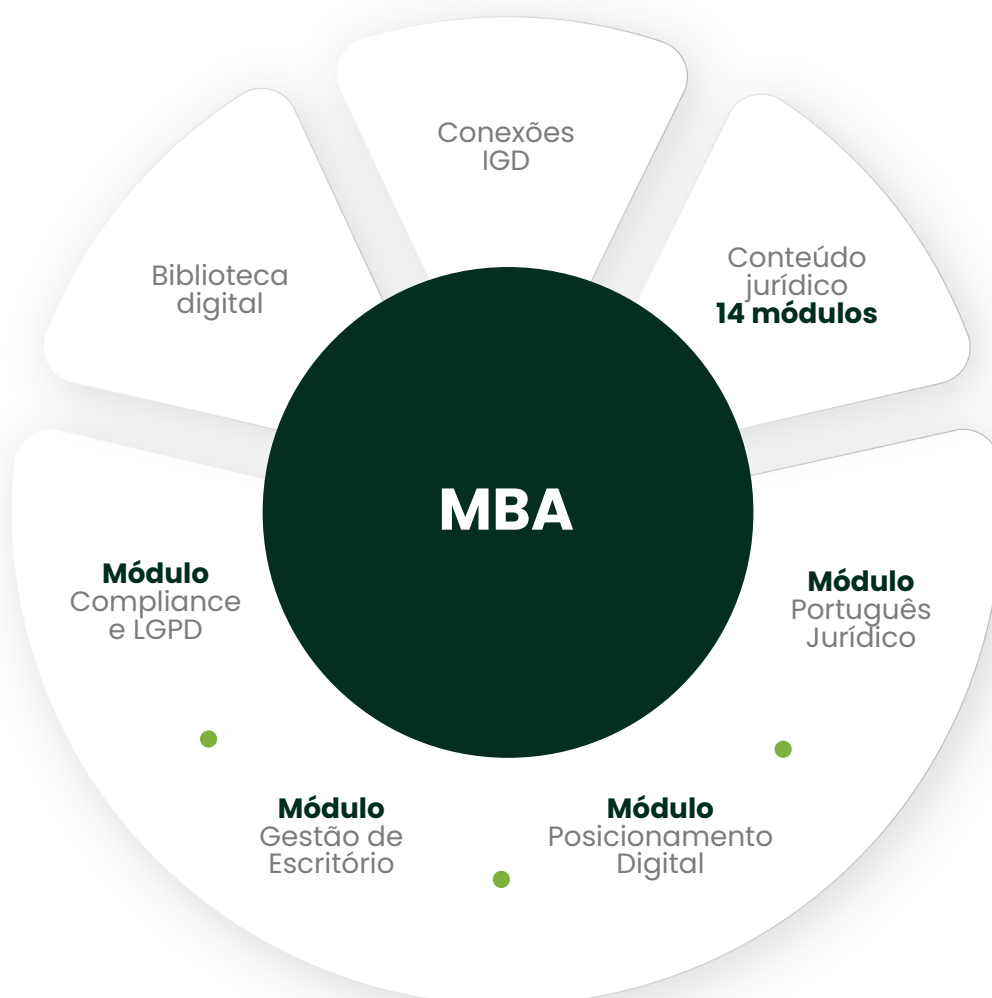
Para atender às especificidades do mercado, é indispensável que o profissional — especialmente o jurista — tenha uma formação acadêmica especializada. Apenas um programa como este pode fornecer tal preparo em curto espaço de tempo. Com o olhar voltado para este mercado que impulsiona a economia local e nacional, o IGD estruturou este curso para preparar o profissional do Direito para as demandas extrajudiciais e contenciosas deste setor.

Metodologia

Pós-Graduação

O **MBA EM DIREITO E GESTÃO JURÍDICA DO AGRONEGÓCIO** é exemplo de inovação quando se fala em pós-graduação. São cursos que, entregam mais que o conteúdo programático, apresentando aos alunos novas possibilidades, formas de ver o mercado de trabalho e suas interações, através do desenvolvimento de habilidades que vão muito além do saber jurídico.

Dentro deste programa, o Direito é estudado a partir de uma visão sistêmica e com foco na prática jurídica, conectando o estudante à juristas renomados e com uma ampla experiência de mercado. Isso fomenta o empreendedorismo e a empregabilidade a partir de um ecossistema jurídico, desenvolvendo um aprendizado significativo através de conteúdos, que propiciem as habilidades que se espera do profissional do futuro.



O curso está organizado em módulos previamente agendados e de acordo com o calendário acadêmico. O curso segue o modelo presencial e transmissão ao vivo, onde o discente poderá optar pela modalidade presencial ou pela modalidade online – ao vivo. Para a obtenção do certificado de pós-graduação lato sensu é necessário que o(a) aluno(a) tenha frequentado, percentual mínimo de 75% da carga horária de cada módulo e que tenha nota mínima 7,0 nas respectivas avaliações de aprendizagem.

As aulas presenciais acontecerão na sede o IGD em Goiânia e as aulas online acontecerão via plataforma do curso, em ambas modalidades o horário de aula é de 19h às 22h, sextas-feiras e aos sábados das 08:00 hs às 12:00 hs – 14:00 hs às 17:00 hs.

O curso tem duração de 18 módulos, (12 meses) podendo ser desenvolvido TCC, (em forma de artigo) de modo facultativo.



Matriz curricular atualizada com foco nos principais aspectos normativos e prático-processuais do agronegócio



Aulas com enfoque totalmente voltada à prática, permeadas por estudos de caso e debates orientados, privilegiando a participação do estudante no processo de aprendizagem.



Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) optativo (artigo), atendendo às exigências para prova de títulos nos principais concursos do país. Os melhores trabalhos farão parte da obra dos professores coordenadores deste programa.



Corpo docente de renome, com professores mestres, doutores e profissionais, atuantes em Direito no agronegócio.

Por que escolher o IGD?

- ➡ Instituição especializada no ensino jurídico.
- ➡ O IGD se destaca com seu ensino de qualidade, envolvendo as questões humanísticas, tecnológicas, ambientais e sociais, dentro de uma visão ampla, inclusiva e ética.
- ➡ Corpo docente de excelência, composto por membros do judiciário, advogados atuantes, autores de grande relevância para o estudo do Direito, todos com ampla experiência na docência superior.
- ➡ Instituição de ensino superior devidamente credenciada ao MEC, garantindo assim a certificação dos concluintes deste curso.
- ➡ Infraestrutura física e tecnológica de excelência, que sustenta a metodologia do ensino híbrido e cursos EAD, incluindo aulas ao vivo.
- ➡ Transforma suas habilidades em diferenciais competitivos. Tenha uma experiência IGD

Estrutura curricular

Módulos obrigatórios • 360 horas

- ▶ Módulo 1 – Teoria Geral do Direito Agrário e do Agronegócio: bases legais do crédito e dos contratos
- ▶ Módulo 2 – Contratos de arrendamento rural, parceria e integração vertical
- ▶ Módulo 3 – Fundamentos e Ciclos Biológicos, Armazenagem e Comercialização
- ▶ Módulo 4 – Gestão: Holding Rural e sucessão no agronegócio
- ▶ Módulo 5 – Gestão: Tributação no agronegócio
- ▶ Módulo 6 – Gestão: Direito do trabalho no agronegócio
- ▶ Módulo 7 – Créditos e Títulos
- ▶ Módulo 8 – Recuperação Judicial e Restruturação financeira
- ▶ Módulo 9 – Gestão de Risco Jurídico, Comercial e Seguro
- ▶ Módulo 10 – Código Florestal
- ▶ Módulo 11 – Direitos Reais e imóveis rurais: a defesa da propriedade e sua avaliação
- ▶ Módulo 12 – Defesa Administrativa
- ▶ Módulo 13 (gravado) – Cooperativa e Associações. O agronegócio de pequeno e médio porte
- ▶ Módulo 14 (gravado) – Meios adequados de solução de conflitos e a Arbitragem no Agronegócio
- ▶ Módulo 15 (gravado) – Formação complementar – Posicionamento Digital
- ▶ Módulo 16 (gravado) – Formação complementar – Gestão de Escritório
- ▶ Módulo 17 (gravado) – Formação complementar – Português Jurídico
- ▶ Módulo 18 (gravado) – Formação complementar – Compliance e LGPD

TCC optativo • 20 horas

- ▶ Trabalho de Conclusão de Curso (Optativo)

Carga horária total com optativa

 **380 horas**

Módulos

Teoria Geral do Direito Agrário e do Agronegócio

Bases legais do crédito e dos contratos: Fundamentos Jurídicos e a Teoria Geral dos Contratos Agrários; Direito Agrário e Agronegócio; Conceito de

Direito Agrário e sua Autonomia.; Definição e Cadeia Produtiva do Agronegócio (SAGs - Sistemas Agroindustriais); Princípios Fundamentais (Função Social da Propriedade, Função Social do Contrato, Proteção ao Homem do Campo); Base Legal e Tipologia; Posse, Propriedade e Contratos. Fundamentos do Crédito Rural no Brasil: CF e Leis Especiais. O impacto da agenda ESG (Ambiental, Social e Governança) na elaboração contratual do agronegócio.

Contratos de arrendamento rural, parceria e integração vertical.

Os contratos agrários previstos no Estatuto da Terra; Arrendamento rural, parceria rural e integração vertical; Análise de conceitos, requisitos, direitos e obrigações; Diferenças na remuneração e partilha de riscos (aspectos contratuais, econômicos e jurídicos nas relações agrárias).

Fundamentos e Ciclos Biológicos, Armazenagem e Comercialização.

Fundamentos e Ciclos Biológicos; Fundamentos do Crédito Rural: Modalidades e Programas; Conexão com os Ciclos Biológicos, Armazenagem e Comercialização; Comercialização Agrícola.

Gestão: Holding Rural e sucessão no agronegócio

O Cenário do Agronegócio e os Desafios da Sucessão; A Realidade da Empresa Familiar Rural; Aspectos Legais Básicos: Introdução ao Direito de Família (regimes de bens) e Direito Sucessório (legítima e herdeiros necessários); Holding Rural; Aspectos Societários: Teoria da Empresa e Tipos Societários; Vantagens da Estrutura: Planejamento Tributário e Fiscal da Holding Rural; Ganhos Fiscais da Holding; Governança e Estratégias de Sucessão.

Gestão: Tributação no agronegócio

Tributação da Renda (IRPF e IRPJ) na Atividade Rural; Produtor Rural Pessoa Física (PF); Produtor Rural Pessoa Jurídica (PJ) e Agroindústria; Tributação sobre o Consumo (ICMS, PIS e COFINS); ICMS no Agronegócio: PIS e COFINS: Contribuições Previdenciárias e Outras Contribuições; FUNRURAL (Contribuição Previdenciária Rural); Contribuições de Terceiros: INCRA, SENAR e outros; Tributação do Patrimônio e Planejamento; Reforma Tributária (PEC 45/2019): Análise dos impactos do IBS e CBS no agronegócio, regimes específicos e o fim da cumulatividade; Tributação do Mercado de Carbono, Biocombustíveis e ESG no Agro.

Gestão: Direito do trabalho no agronegócio

Fundamentos e Regime Jurídico do Trabalhador Rural; Conceitos Fundamentais; Distinção de Relações: Empregado Rural vs. Parceiro, Arrendatário, Diarista e

Segurado Especial (regime de economia familiar); Contrato de Trabalho Rural e Remuneração; Contratos específicos no agronegócio; Salário e Remuneração; Jornada, Descanso e Condições de Trabalho; Saúde, Segurança e Fiscalização; NR-31 (Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aquicultura); Análise das principais exigências (instalações, alojamentos, alojamento); Uso de Agrotóxicos e a NR-31; Equipamentos de Proteção Individual (EPIs); Acidente de Trabalho e Doenças Ocupacionais Rurais: Responsabilidade do empregador e aspectos previdenciários; Trabalho em Condições Análogas à de Escravo: Caracterização (jornada exaustiva, condições degradantes, servidão por dívida) e o papel da fiscalização; Compliance Trabalhista no Agronegócio e gerenciamento de riscos.

Créditos e Títulos

Teoria Geral do Crédito e Títulos de Crédito; Princípios Cambiários Fundamentais: Cartularidade (e sua superação pela desmaterialização/virtualização), Literalidade (eficácia do que está escrito). Autonomia (e seus subprincípios: Abstração e Inoponibilidade das Exceções Pessoais); Classificação dos Títulos de Crédito: Quanto à estrutura, modelo, circulação e causalidade (títulos causais e não causais); As Declarações Cambiárias e a Circulação; Requisitos Essenciais: Análise da validade e eficácia do título; Obrigação Cambiária e Solidariedade: Responsabilidade dos coobrigados; Transmissão do Título; Garantia Cambiária; Títulos de Crédito em Espécie; Execução, Protesto e Títulos Especiais; Extinção da Obrigação Cambiária: Pagamento, prescrição e caducidade; Protesto Cambiário: Finalidade (prova da falta de pagamento/aceite), modalidades e efeitos (interrupção da prescrição e direito de regresso); Ações Cambiárias: Ação de Execução (cobrança contra devedor principal e avalista) e Ação de Regresso (cobrança contra endossantes).; Títulos de Crédito Especiais (Títulos de Financiamento).

Recuperação Judicial e Restruturação financeira

Teoria da Crise e Direito da Insolvência: O Princípio da Preservação da Empresa: Função Social e a crise econômico-financeira; Fontes e Evolução Histórica: Do antigo regime falimentar (DL 7.661/45) à Lei nº 11.101/2005 e suas reformas; Sujeitos da Recuperação e Falência: Legitimidade ativa e passiva (quem pode pedir e quem está sujeito); A Nova Lei (Lei nº 14.112/20): Destaque para as inovações (mediação, stay period, financiamento DIP, etc.). Tratamento da Crise Pré-Judicial: Workouts e renegociação de dívidas; Recuperação Judicial (RJ); Recuperação Extrajudicial (RE) e Falência; Meios Alternativos de Solução de Conflitos: A Mediação e Conciliação na recuperação empresarial; Falência: Inutilidade e Revogação de Atos (Período Suspeito); Encerramento dos Processos: Concessão da RJ, Convolação em Falência e Extinção das Obrigações; Crimes Falimentares: Tipificação, sujeitos e penalidades; Insolvência Transnacional e Cross-Border Insolvency.

Gestão de Risco Jurídico, Comercial e Seguro

Fundamentos da Gestão de Riscos e Governança; Conceitos Essenciais: Risco vs. Incerteza, Apetite ao Risco e Tolerância ao Risco; Modelos de Gestão de Risco: COSO ERM (Estrutura de Gerenciamento de Riscos Corporativos); O Processo de Gestão de Risco: Identificação, Análise (qualitativa e quantitativa), Avaliação, Tratamento e Monitoramento; Governança Corporativa e Risco: O papel do Conselho de Administração e Comitês de Risco; Gestão de Risco Jurídico e de Compliance. Risco Legal e Regulatório (Compliance Risk); Gestão de Contencioso (Litigation Risk); Risco de Proteção de Dados (LGPD): Adequação e penalidades; Gestão de Risco Comercial e de Crédito; Seguros como Ferramenta de Tratamento de Risco.

Código Florestal e imóveis rurais: a defesa da propriedade e sua avaliação

Fundamentos e Princípios do Código Florestal; Evolução da Legislação Florestal Princípios; Abrangência e Competência: Normas gerais da União e competência suplementar dos Estados e Municípios; Regime de Proteção da Vegetação Nativa; Áreas de Preservação Permanente (APP); Reserva Legal (RL); Instrumentos de Regularização Ambiental; Programa de Regularização Ambiental (PRA); Compensação da Reserva Legal: Requisitos, modalidades (servidão ambiental, cotas de Reserva Ambiental – CRA) e localização da área de compensação; Uso Sustentável, Infrações e Sanções.

Direitos Reais e imóveis rurais: a defesa da propriedade e sua avaliação

Teoria Geral e Posse: Introdução ao Direito das Coisas: Conceito, características e taxatividade dos Direitos Reais; Posse; Propriedade e Direitos de Vizinhança; Usucapião: Modalidades (ordinária, extraordinária, especial urbana e rural, familiar) e requisitos; Condomínio; Propriedade Resolúvel e Fiduciária; Direitos Reais sobre Coisa Alheia; Hipoteca: Conceito, requisitos, especialização e hipoteca judiciária; Anticrese: Conceito e forma de constituição; Alienação Fiduciária em Garantia (bens móveis e imóveis): Regime legal específico (Leis nº 9.514/97 e DL 911/69). Avaliação de imóveis rurais: métodos e critérios da ABNT.

Defesa Administrativa

Fundamentos da Fiscalização e do Processo Administrativo; O Poder de Polícia Administrativa no Agro: Fundamentos legais e limites da atuação do Estado (MAPA, IBAMA, ANVISA, órgãos estaduais); Defesa Contra Sanções Ambientais; Defesa Sanitária e Agropecuária; Defesas em Matéria Trabalhista e Tributária; Fiscalização do Trabalho Rural: MTE (Auditoria Fiscal do Trabalho) e os autos de infração (NR-31, jornada, saúde e segurança); Defesa Administrativa Trabalhista: Impugnação de Notificações de Débito (Funrural, encargos) e autos por irregularidades na contratação; Defesa Tributária Estadual e Municipal: ICMS e ITR; Resolução

Consensual e Consensualismo: Negociação de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o MPT e órgãos fiscais, e as novas regras de transação.

Módulo online: Cooperativa e Associações. O agronegócio de pequeno e médio porte

Definição Legal de Cooperativas e Associações. A importância da atividade associativa/cooperada para as Cadeias Produtivas Agroindustriais. Contratos de Integração no âmbito das Cooperativas e Associações. Limitações legais à atividade das Cooperativas e Associações. Legitimidade para a emissão de títulos do agronegócio.

Módulo online: Meios adequados de solução de conflitos e a arbitragem no agronegócio

Estratégias processuais no âmbito da execução. Penhora e arresto. Exceções pessoais aos títulos e contratos. Impenhorabilidade do bem de família. Defesagem na atualização de valores dos imóveis rurais e bens arrestados. Conflitos nacionais e internacionais de alta complexidade no agronegócio. Técnicas de negociação.

Módulo online: Português Jurídico

Tópicos gerais de gramática. O estudo do vocabulário jurídico. Técnicas de redação: desenvolvimento do parágrafo, os principais recursos argumentativos.

Módulo online: Posicionamento Digital

Introdução ao Marketing. Noções de comunicação. Posicionamento Digital. Posicionamento Vs Área de Atuação. Marketing de conteúdo (permission marketing). Persona. Mapeamento de Persona. Títulos (headline). Copywriting. Estrutura PAS.

Módulo online: Gestão de Escritórios

Gestão de negócios: Gestão de Projetos. Gestão de Tempo e de agenda. Ferramentas eletrônicas para Gestão. Gestão estratégica de pessoas. Desenvolvendo relacionamentos e rede de parceiros. Gestão de Contratações. Gestão financeira sustentável: gestão de custos e Captação de Recursos. Direito Tributário e Societário aplicado aos serviços jurídicos: Direito tributário – planejamento tributário aplicável escritórios de advocacia e organizações que prestam serviços jurídicos. Direito societário: planejamento sucessório, constituição de holdings e acordos de sócios quotistas. Governança Corporativa.

Módulo online: Compliance e LGPD

Criação de um programa de Compliance: Comprometimento da diretoria. Criação de padrões, procedimentos e controles. Treinamento efetivo e comunicação. Avaliação, monitoramento e auditoria. Execução, incentivos e disciplina. Devido

cuidado na delegação de responsabilidades. Melhoria contínua: Fiscalização e Monitoramento. Compliance e os Conflitos de interesses. Regulação de transparência. Data privacy e LGPP.

Trabalho de Conclusão de Curso

Ciência e conhecimento científico. Métodos científicos. Estrutura do projeto de pesquisa. Importância e formulação do problema de pesquisa. O Problema de pesquisa e sua delimitação. Objetivo geral e objetivos específicos. Referencial teórico apropriado para o problema de pesquisa. A metodologia da pesquisa. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Elaboração de um projeto de pesquisa. Normas para elaboração do Trabalho Monográfico. Normas para elaboração de Artigo Científico.

Coordenação



 Professor

Thiago Castelliano

Juiz de Direito no Tribunal de Justiça de Goiás. Mestre em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento na Universidade de Rio Verde – UniRV. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Curso de extensão em “U.S. Legal System” pela Fordham University. Ex-diretor da ESMEG – Escola da Magistratura do Estado de Goiás. Diretor de Comunicação da Associação de Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO. Autor dos livros “Concurso de Credores no CPC – a disputa entre preferências e privilégios na execução contra o devedor solvente”, 2ª edição, e “A avaliação da CADEC e a presunção legal no contrato de integração”, 1ª edição, ambos pela editora Thoth.



 Professor

Joviano Cardoso

Advogado e professor, com ampla formação na área jurídica e foco no agronegócio. Doutorando em Direito pelo Instituto Brasileiro de Direito, Ensino e Pesquisa (IDP), é mestre em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento pela Universidade de Rio Verde (UniRV) e mestre em Direito Constitucional Econômico pelo Centro Universitário Alves Faria (UniAlfa). Possui MBA em Agronegócio pela USP/ESALQ, é especialista em Direito do Consumidor pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Direito e Consultoria Empresarial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

Corpo Docente

Núcleo do curso

Álvaro dos Santos

Advogado e Professor. Doutorando em Direito (IDP). Mestre em Direito (IDP). Especialista em Direito Processual Civil, Ambiental, Tributário, Agrário e Agronegócio. Autor da obra: Holding Rural.

Cristiano Palavro

Sócio-fundador da Pátria Agronegócios. Especialista em Agronegócios pela US (ESALQ). Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Consultor de Investimento com Certificado da ANBIMA (CEA).

Elcio de Carvalho

Possui graduação em Administração de Empresas pela Universidade de Rio Verde (1998), mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial pela UNIDERP (2005) e doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2023). Atualmente é professor Titular da Universidade de Rio Verde. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em organizações rurais e agroindustriais, atuando principalmente nos seguintes temas: gestão da produção e operações, sistemas de informação, análise e melhoria de processos e gestão da qualidade.

Flávia Malachias Santos Schadong

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário UNIRG (2016). Especialista em Direito Previdenciário (2017), Direito do Trabalho e Processo do Trabalho (2018). Professora no Curso de Direito e Sistema de Informação do Centro Universitário Católica do Tocantins (2018-2021); Faculdade Serra do Carmo (2022); e UNITINS (2022). Advogada atuante nas áreas cível e trabalhista e sócia no Escritório de Advocacia Santos, Mota e Malachias. Diretora-Geral da Escola Superior da Advocacia do Estado do Tocantins - ESA/TO e Conselheira Estadual da OAB/TO. Mestre em Direito Constitucional Econômico pela Unialfa.

J. Capual Jr.

Advogado Agroambiental com atuação no bioma amazônico e bioma cerrado com ênfase em regularização ambiental, fundiária e minerária, sensoriamento remoto e geoprocessamento de dados. Doutorando em Direito Constitucional pelo IDP/DF. Mestre em Direito do Agronegócio e Sustentabilidade pela UniRV na linha de pesquisa direito do agronegócio e regulação.

Francisco Baccarin

Fiscal estadual agropecuário na agrodefesa do estado de Goiás. Doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Recursos Florestais pela ES-ALQ/USP. Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal de Lavras.

Guilherme Bonato

Juiz de Direito do TJGO. Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Autor de diversos artigos publicados em revistas especializadas. Coordenador e coautor do livro "Direito Empresarial e o CPC/2015" e autor da obra "A Securities Class Action estadunidense: apontamentos para a tutela coletiva de investidores no Brasil".

Haroldo Ferraz

Doutorando em Direito Constitucional pelo ITE SP. Mestre em Direito Constitucional Econômico pela FADISP/UNIALFA. - CEUB. Membro da AIDA - Associação Internacional de Direito de Seguro Seção Brasil, com vasta experiência em Direito de Seguro, além de Direitos do Consumidor, Público e Civil com ênfase em responsabilidade civil e contratos. Vice-presidente da Comissão de Direito de Seguro e Conselheiro Seccional da OAB/GO.

Joviano Cardoso de Paula Júnior

Doutorando em Direito pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), início em (2025). Mestre em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento pela "Universidade de Rio Verde - UNIRV" (2024). Mestre em Direito Constitucional Econômico pela UniAlfa (2022). Possui MBA em Agronegócio pela USP/ESALQ (2021). Especialista em Direito do Consumidor pela UFG (2020). Especialista em Direito e Consultoria Empresarial pela PUC-GO (2017). Tem experiência profissional como advogado privado na área de Direito, com ênfase em Direito Privado, atuando principalmente com consultoria para o agronegócio, voltado a empresas do agronegócio e produtores rurais. Autor das obras, "ITR - Convênio União-Município e Laudo Técnico VTN", e, "Sistema do Direito e o Código de Defesa do Consumidor", dentre outras colaborações. Advogado Privado, sócio fundador da Alcântara e Cardoso Advogados Associados, e Professor Universitário em Direito das Obrigações e Direito Constitucional.

Judson Gomes Bastos

Advogado e Professor Substituto da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Doutorando. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Especialista em Processo Civil e Direito Tributário. Administrador Judicial e Ex-Conselheiro do Conselho de Contribuintes - Pleno do Estado de Mato Grosso.

Jubrair Gomes Caiado Jr

Profissional com dupla especialização MBA em Gestão Comercial pela PROUTURO - FIA Business School (2020-2021) e em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV (2015-2017), o que confere expertise em Direção Geral e Planejamento Estratégico. Especialista em Gestão Estratégica, Administração de Cooperativas, Negociação e Implantação de Gestão por Resultados. Exerce a função de Diretor Executivo/Superintendente no Sistema OCB/GO (desde 2019), sendo o responsável pela liderança da mudança da cultura organizacional e pela implantação de um modelo de gestão por resultados e participativa. Possui experiência consolidada em Governança e Liderança de Conselhos, atuando como Presidente da Cooperativa Coopgoiás Energia e Membro Suplente do Conselho de Administração no SESCOOP Nacional (ambos desde 2024). Atuou anteriormente como Monitoring Coordinator no SESCOOP/GO (2013-2019), coordenando o monitoramento e o desenvolvimento de cooperativas, e utilizando ferramentas para análise econômico-financeira.

Karina Testa

Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí (2009/2013). Graduada em Direito pela Universidade de Rio Verde – UniRV (2014/2019). Integrante da equipe campeã da I Competição de Arbitragem da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial e Industrial de Rio Verde – CAM/ACIRV (2018). Conciliadora e Mediadora Judicial certificada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e pelo NUPMEC/GO. Especialista em Direito do Agronegócio, Meio Ambiente e Desenvolvimento na Universidade de Rio Verde – UniRV. Especialista em Direito Ambiental com ênfase em Agronegócio pelo CERS. Mestranda em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento pela Universidade de Rio Verde. Advogada, atualmente sócia na Álvaro Santos Advocacia, em Jataí/GO.

Leonardo Scopel Macchione de Paula

Advogado. Mestre em Direito pelo IDP/BSB. cursando MBA em Gestão Tributária (ESALQ/USP). Especialista em Direito Tributário pelo IBET/GYN e em Tributação no Agronegócio (IBET/FGV). Sócio do escritório Macchione & de Paula Advogados Associados. Autor do livro: Da contribuição ao FUNDEINFRA e a sua (in)constitucionalidade. Coordenador Acadêmico do Núcleo de Tributação no Agro da AGET.

Lorena Santos

Advogada Atuante no agronegócio. Mestre e pós-graduada em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável pela UniRV. Pós-graduada em Direito do Estado (Universidade Anhangüera). Sócia-fundadora do Complexo Jurídico Agro (Rio Verde/GO). Vice-presidente da Comissão de Direito Ambiental e membro da Comissão de Direito do Agronegócio da OAB/Rio Verde. Autora do livro Contratos de Soja a Termo: a interpretação jurídica sistêmica como caminho para o equilíbrio contratual (Editora Thoth, 2025).

Marcos Hokamura Reis

Especialista em Direito do Agronegócio, Internacional e Empresarial. Formado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e em Administração pela Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, com especialização em Direito Tributário Internacional. Advogado palestrante em Congressos Nacionais e Internacionais. Leciona em cursos de Pós-Graduação em Arbitragem e Direito do Agronegócio. Atua nas áreas de Consultivo Empresarial, Estruturação de Operações Financeiras e Arbitragem Nacional e Internacional, com atuação estratégica no contencioso empresarial, bem como planejamento societário, sucessório e internacional.

Moacyr Ribeiro

Advogado. Doutorando e Mestre em Direito do Agronegócio. Pres. da Comissão Especial de Direito do Agronegócio da OAB-GO. Sócio do MRTB Advogados.

Nilton Cassimiro

Gerente Geral De Agências Sicredi Cerrado Go. Economista. Pós-Graduado em Desenvolvimento Regional Sustentável Pela UFMS. Analista e Consultor em Investimentos e desenvolvimento de empresas. Membro do Conselho Regional De Economia – Corecon – Go-18ª Região.

Ricardo Francischini

Professor Titular da Universidade de Rio Verde (UniRV). Doutor em Agronomia pela Universidade Estadual de Maringá. Mestre em Economia Rural e graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Economia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: métodos quantitativos aplicados ao agronegócio, gestão do agronegócio e indicadores socioeconômicos.

Silvana Potrich Cescon

Advogada especializada em atendimento ao produtor rural. Mestre em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento. Especialista em Direito Tributário, Direito Previdenciário e Direito do Agronegócio. Professora de Cursos de Extensão e de Pós-Graduação.

Thiago Castelliano

Juiz de Direito no Tribunal de Justiça de Goiás. Mestre em Direito do Agronegócio e Desenvolvimento na Universidade de Rio Verde – UniRV. Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes. Curso de extensão em “U.S. Legal System” pela Fordham University. Ex-diretor da ESMEG – Escola da Magistratura do Estado de Goiás. Diretor de Comunicação da Associação de Magistrados do Estado de Goiás – ASMEGO. Autor dos livros “Concurso de Credores no CPC – a disputa entre preferências e privilégios na execução contra o devedor solvente”, 2ª edição, e “A avaliação da CADEC e a presunção legal no contrato de integração”, 1ª edição, ambos pela editora Thoth.

Corpo Docente

Comum a todos os cursos

Ana Carolina Bastos de Carvalho Ferrari

Advogada, professora especialista em Ciências Penais e pós-graduada em (MBA) Compliance e Gestão de Riscos: Ênfase em Governança e Inovação, atualmente atuando como Subcontroladora de Governança e Compliance da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

Karine Domingues da Silva Machado

Mestre em Direito e Relações Sociais e Trabalhistas pela UDF-DF, especialista em Direito do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito Tributário. Advogada Trabalhista, Professora de Direito e Processo do Trabalho, prática trabalhista e TCC em cursos de pós-graduação e cursinho jurídico.

Marília Cardoso Lício

Advogada, servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (revisora ortográfica), professora mestra em Letras e Linguística e especialista em Direito Administrativo.

Nycolle Araujo Soares

Advogada, professora especialista em Direito Civil e Processo Civil, pós-graduanda em Ética e Compliance da Saúde, com LLM em Direito Societário e Presidente do IGDD - Instituto Goiano de Direito Digital.

Rafael Brasil

Advogado, professor mestre em Direito Constitucional Econômico, conselheiro seccional da OAB Goiás (2022-2024) e arbitro da câmara de arbitragem e mediação da ACIEG CAM - ACIEG.

Sergio Merola

Advogado, professor especialista em Compliance e Direito Anticorrupção e especializado em Administração Pública, com foco em demandas de Servidores Públicos, Concursos Públicos, Improbidade Administrativa, Direito Anticorrupção (compliance) e Licitações.

Cronograma

➡ Disponível no site do IGD
portaligd.com.br

Direito é aqui



AGRO